

03

Luísa Ribeiro

MdH/CEAU/Faculdade de Arquitectura da
Universidade do Porto

Eliseu Gonçalves

MdH/CEAU/Faculdade de Arquitectura da
Universidade do Porto

Casas e Fábricas no Vale do Ave. As formas do paternalismo industrial na Fábrica do Ferro em Fafe

Dwellings and Factories in
River Ave Valley. Types of
industrial paternalism at Fafe's
Ferro's Textile Mill

Resumo

Na segunda metade do século XIX a indústria têxtil era um importante motor do processo de industrialização nacional e, nesse quadro, o Vale do Ave revelou ter condições geográficas e socioculturais particularmente favoráveis ao seu desenvolvimento. Na sua bacia hidrográfica irão surgir inúmeras companhias que aproveitaram a força motriz da água, a rede de caminhos de ferro e rodoviária para se instalarem. Foi igualmente decisivo, para essa multiplicação de fábricas, a disponibilidade de uma mão de obra iletrada – mais barata e menos reivindicativa e organizada que o operariado urbano – facilmente ajustável à nova produção de transformação do algodão, pela longa tradição local de cultivo, fiação e tecelagem do linho. Estes foram fatores importantes para a rápida disseminação do sector têxtil no território e para o consequente aparecimento de novos focos urbanos. Deste modo, no contexto dos interesses filantrópicos e imobiliários dos industriais, seriam criados assentamentos *ex-novo* com tipos inéditos de habitação e equipamentos sociais ancorados na fábrica. Um caso exemplar identificado no Vale do Ave corresponde à Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe, fundada em 1887, nas margens do rio Ferro. Neste trabalho, analisa-se a estrutura urbana formada a partir da fábrica, consubstanciada na habitação, identificando possíveis lógicas de relação entre os edifícios industriais, os bairros, os equipamentos e a paisagem. Lança-se como hipótese a necessidade de preservação no território e, em rede, de um conjunto heterogéneo de sinais capazes de se constituírem memória coletiva do património industrial da região, no seu amplo sentido.

Palavras-chave

património industrial; habitação operária; arquitetura e paisagem; Vale do Ave; indústria têxtil.

Abstract

In the second half of the nineteenth century the textile industry was an important engine of the process of national industrialization and, in this context, the river Ave valley revealed to have geographic and socio-cultural conditions particularly favorable to its development in the region. Numerous mills will emerge in the river basin, which will take advantage of the driving force of the water, the rail and the road network to set up. The availability of an illiterate workforce, cheaper and less demanding and organized than the urban working class, was also decisive, and easily adjustable to the new production of cotton by the long local tradition of cultivation, spinning and weaving of linen. These were important factors for the rapid spread of the textile sector in the territory and for the consequent appearance of new urban centers. Thus, in the context of the philanthropic and real estate interests of industrialists, *ex-novo* settlements would be created with unprecedented types of housing and social facilities anchored in the mill. An exemplary case identified in river Ave valley corresponds to Fafe's Ferro's Textile Mill, founded in 1887, on the banks of the river Ferro. In this work, we analyze the urban structure formed from the factory, consubstantiated in the social housing, identifying possible logics of relationship between industrial buildings, neighborhoods, equipment and landscape. The hypothesis is the need to preserve in the territory and in network a heterogeneous set of signs capable of constituting a collective memory of the region's industrial heritage in its broad sense.

Key words

industrial heritage; social housing; architecture and landscape; river Ave valley; textile industry.

1. Introdução

Segundo os “Princípios de Dublin”, de 2011, a valorização do património industrial – sítios, estruturas, complexos, territórios, paisagens ou itinerários – deve ser reconhecida como um motor para o desenvolvimento sustentável dos locais. Um dos aspetos que mais nos interessa aqui abordar é o carácter rizomático dos antigos assentamentos industriais em cujas redes de interesses se estabeleceram equilíbrios únicos entre o meio ambiente, o tecido social e a produção fabril. Dessa dinâmica económico-social emergiram formas e espaços arquitetónicos, estruturas urbanas, instalações infraestruturais, maquinaria, utensílios e registos que vão persistindo, consumado que foi o ciclo da eficiência produtiva e da rentabilidade económica da indústria. Em muitos casos, tratam-se de documentos da cultura material moderna que testemunham modos de fazer e viver únicos que importa integrar em memória coletiva. Exemplos há em que o desmantelamento dos denominados ativos fixos decorreu da recente paragem da laboração, o que permitiu um acompanhamento de perto do processo de degradação pela antiga comunidade operária. No Vale do Ave, a presença de sucessivas gerações de famílias de trabalhadores no mesmo território, para além do fecho da fábrica-mãe, foi maioritariamente determinada pelo contínuo apego à casa e à terra agricultável. Porque associada ao lar, a tendência para a perpetuação da propriedade atenuou a mobilidade das famílias no território, apesar das oportunidades de trabalho se terem deslocado para outras geografias. Fábricas e casas tiveram, portanto, ritmos próprios de ascensão, transformação e queda. Ao contrário dos grandes edifícios de armazenamento e produção, observa-se que os bairros construídos aquando dos saltos demográficos continuam habitados, ainda que a maioria das casas tenham sido adulteradas para aumento de área e instalação das comodidades contemporâneas. Entre a casa operária e a fábrica estabeleceram-se vínculos físicos e simbólicos que se traduziram nas rotinas domésticas e fabris, nos rituais litúrgicos e recreativos, nas atividades telúricas pós-laborais, que se refletiram, por um lado, na arquitetura da fábrica e, por outro, nos caminhos de pé-posto, nos percursos consolidados, nos espaços de encontro e socialização, nos muros de contenção dos terrenos, nos dispositivos de regulação hidráulica e, ainda, na forma da casa operária. O estudo da Fábrica do Ferro, em Fafe, permite esclarecer estas redes de espaços e construções fomentadas exteriormente ao perímetro das instalações industriais.

O texto que se apresenta foi sustentado por uma investigação já concluída que visou o inventário de todos os bairros operários projetados no Vale do Ave, durante a primeira metade do século XX.¹ O trabalho assentou na recolha e sistematização de informação proveniente de fontes primárias oriundas dos principais arquivos da região. Daí resultou o alinhamento de material empírico de natureza diversa que permitiu a construção de um olhar preciso sobre a dinâmica transformadora do território, centrada na produção industrial e nos seus principais atores.

Nesta leitura, deu-se particular relevo à constituição de novos modelos de habitação que durante o período foram sendo promovidos ao redor da fábrica, para satisfazer as necessidades de alojamento dos operários. O caso que se apresenta – a Fábrica do Ferro – teve uma longa fase de laboração que deu origem a um enredo complexo de construções e modos de assistência social. Antes de observar de perto o desenvolvimento da atividade industrial da Fábrica do Ferro nas suas mais diversas valências e impacto local, considerou-se pertinente na orientação da análise fazer um prévio enquadramento daquilo que foi no Vale do Ave a implantação dos principais núcleos industriais e as soluções habitacionais encontradas.

2. Vale do Ave. Industrialização e habitação

[...] a têxtil tornou[-se] desde a segunda metade do século XIX no primeiro sector industrial português, numa expansão produtiva que ajudou a criar consumo e a configurar o mercado.
(ALVES, 1999a: 6)

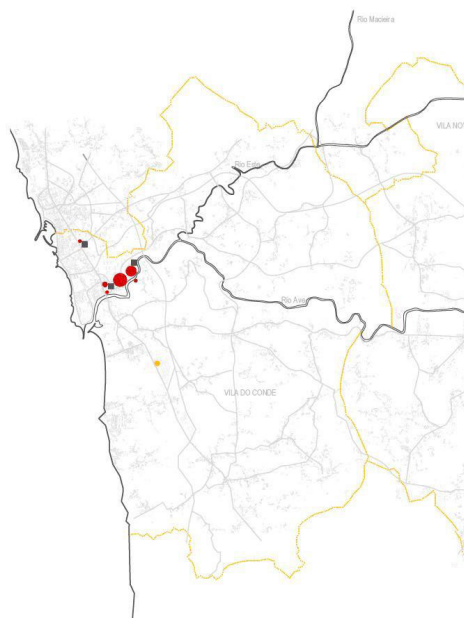
A indústria têxtil impôs-se como o mais importante motor para o processo de industrialização do Vale do Ave uma vez que, em finais de oitocentos, aí se cruzaram condições geográficas e socioculturais favoráveis à proliferação de inúmeras companhias, ao longo das margens das principais linhas de água. Destacam-se, a fácil domesticação hidráulica do rio Ave e seus afluentes para transformação das suas águas em força motriz geradora de maior potência e a rapidez de transporte de mercadorias através da criação de uma rede de estradas e disponibilidade do caminho de ferro, cuja conexão entre o Porto e Guimarães tinha sido iniciada em 1871, com prolongamento a Fafe em

¹ Consultar: RIBEIRO, L. (2017), *Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974)*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

1907. Também, a possibilidade de recrutamento local de trabalhadores provenientes da longa tradição do cultivo, fiação e tecelagem do linho, muito útil na adaptação à nova produção, centrada na transformação do algodão, facilitou a proliferação da indústria na região. Acresce-se que, por oposição ao operariado urbano, mais organizado e reivindicativo, os empresários encontraram aqui uma mão de obra iletrada, dominada por mulheres e crianças, sem se constituir como verdadeira classe porque “estavam mais divididos na disputa dos favores dos mesmos patronos do que estavam unidos pela sua posição comum na estrutura social” (INGERSON, 1981: 878). A prática de baixos salários e a subserviência facilitaram as relações laborais e garantiram um rendimento maior do trabalho fabril.

Diversos comerciantes portuenses faziam parte das sociedades que se instalaram no Vale do Ave, tanto devido ao conhecimento que tinham do sector têxtil como pela capacidade financeira de investimento. Assim, os capitais que ajudaram à industrialização do Vale do Ave eram provenientes do comércio estabelecido na cidade do Porto, completado com o investimento de brasileiros de *torna-viagem* que voltavam às suas terras de origem, nomeadamente a Fafe, onde tiveram um papel preponderante no desenvolvimento da têxtil (MONTEIRO, 2000).

No começo do século XX, assiste-se em determinados locais do Vale do Ave a uma massiva edificação de fábricas que, retalhando os campos, se agregaram em pequenos núcleos industriais contribuindo para a construção, aos poucos, da denominada *industrialização difusa no meio rural* (PEREIRA, 2002: 59). A migração de grandes massas de população em busca de melhores condições de vida originou a criação de novos centros urbanos nas proximidades dos estabelecimentos fabris. Para além das unidades fabris propriamente ditas, nas soluções mais elaboradas, os pólos podiam integrar diversos equipamentos sociais e tipos de habitação



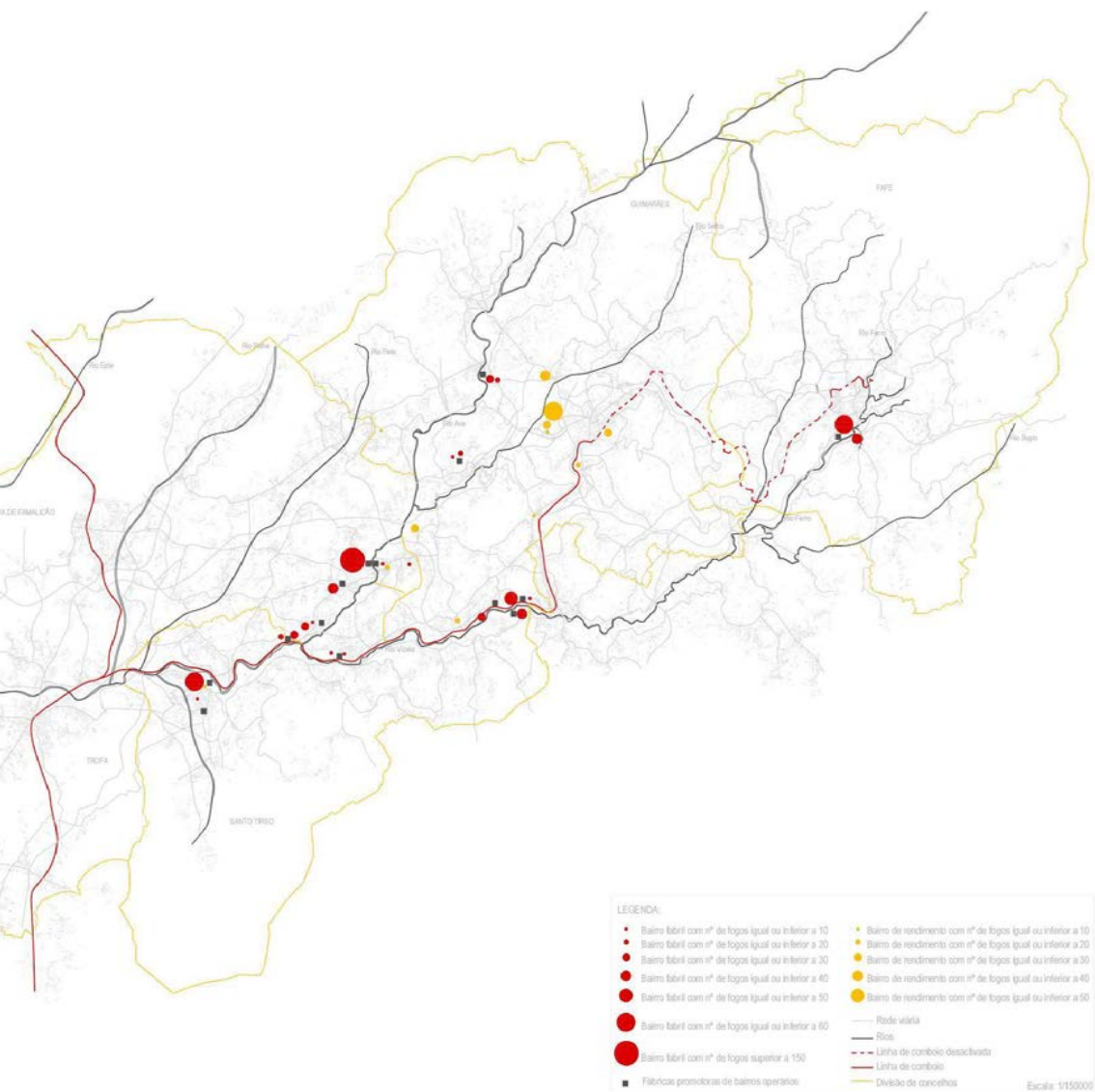


Fig. 1
Cartografia do Vale do Ave: localização de todos os bairros de promoção fabril, de rendimento imobiliário e fábricas promotoras.

únicos em novos bairros que, por vezes, chegaram a atingir uma escala urbana significativa cujo impacto dependia dos interesses filantrópicos e imobiliários dos industriais envolvidos. No entanto, quando se compara com os casos internacionais mais avançados que eram tomados como modelos, nota-se que, de uma forma geral, estas propostas nunca viriam a assumir as dimensões que se podiam observar noutras cidades europeias, uma vez que não existia “um sector industrial alargado e vigoroso, muito menos uma economia firme e estabilizada que justificasse a produção em massa de casas” (GONÇALVES, 2013: 91).

Onde o fluxo migratório era maior, a escassez de oferta habitacional barata criou uma grave crise que conduziu a uma precarização das condições de habitabilidade, pela ocupação em último recurso de construções exíguas e insalubres. O desfazamento entre o valor dos salários e o custo de vida, nomeadamente, o valor das rendas, propiciavam grandes instabilidades emocionais agravadas, por exemplo, pelo alcoolismo e como estes comportamentos desviantes tinham uma clara influência na produtividade, algumas ações moralizadoras terão lugar, quer por parte do Estado quer por iniciativa dos industriais. A questão da habitação irá ocupar, assim, o centro do debate como agente preponderante para a resolução de diversas questões sociais:

[...] melhorar a habitação e baixar o seu preço é aumentar o salário do operário; é derramar parte desse salário pela sua família; é diminuir a mortalidade infantil; é prevenirmo-nos contra as moléstias infecciosas e os horrores das epidemias. (BOLETIM, 1912: VII).

Entre higienistas e reformistas, defendia-se que a qualidade das habitações e o seu custo eram determinantes na colocação em prática de uma moralidade conservadora, mão de obra saudável e economia familiar sustentável. Casas limpas e arejadas convidavam a usufruir do espaço familiar, evitando desvios comportamentais por parte dos trabalhadores. A imprensa da época defendia que “ao operário é preciso dar tantas coisas para que ele ganhe amor à sua profissão, para que o brio eleve o seu carácter, para que o raciocínio educado lhe demarque o limite natural das suas ambições!”².

² Revista *Conservas*, Ano V, n.º 54, Junho de 1940, p. 14. Faz referência à construção do Bairro Aviz, em Vila do Conde, mas facilmente se pode entender este discurso generalizado em toda a região e mesmo a nível nacional.

Substituindo o Estado, surgem por todo o Vale do Ave iniciativas privadas promovendo “a construção do Lar do Operário junto da oficina em que trabalha. Mas um Lar higiénico, confortável, soalheiro, arejado, com uma nesga de quintal, um banheiro e uma salinha, além dos quartos indispensáveis a uma modesta família. Junto das casas, um lavadouro comum e um recinto ao ar livre, logradouro dos moradores do Bairro Operário, para seu recreio nas horas de descanso.”³ Esperava-se, também, que da parte dos industriais surgissem iniciativas de construção de outro tipo de equipamentos: “cantina, a escola, a biblioteca, o salão de recreio, e, quem sabe! talvez a enfermaria, a creche e o seguro coletivo que ponha o operário e a sua família fora do alcance da miséria, no caso de desemprego, invalidez ou morte.”⁴

Da análise do tecido social da região e da distribuição da propriedade, verifica-se que a figura de patrão, patrono e senhorio se sobrepõem muitas vezes, o que se traduziu num alastramento da hierarquia e dos conflitos profissionais da empresa às esferas da vida social e familiar. Tratou-se, em muitos casos, do exercício de um poder paternalista, envolto em gestos filantrópicos, que teve a sua ação interessada em *múltiplos suportes ao nível do espaço* (RÉMY, VOYÉ, 1994: 56). Além de assegurar o salário, alguns industriais, através de gestos paternalistas vocacionados para a assistência social e a habitação, conseguiram um controlo abrangente da população obreira.

Neste sentido, o acesso à habitação salubre foi particularmente usado para assegurar a fidelização, o comportamento normativo e uma moralidade de matriz católica. Uma vez que as iniciativas de promoção de habitação foram escassas, a oferta de casa representou durante longo tempo um prémio para os operários considerados exemplares. A partir do Estado Novo, a promulgação de alguns programas de casas económicas incentivou os industriais à construção de habitação para os operários, obtendo em contrapartida a isenção de impostos e um controle estatal menos rígido no cumprimento dos regulamentos do trabalho (INGERSON, 1982: 1489). Neste contexto, é relevante sublinhar que, no caso do Vale do Ave, a ação direta da administração pública na promoção da habitação económica até à revolução de Abril é praticamente nula e é também através da construção de cantinas, escolas e habitações para os trabalhadores, que os industriais tentavam evitar a agitação operária e eventuais ondas de emigração, como a observada nos

³ *Ibidem.*

⁴ *Ibidem.*

anos 60 do século XX (INGERSON, 1982: 1489). O esforço dos industriais para erguer bairros de habitação operária foi sempre ténue e nunca conduziu ao aparecimento em massa de casas capaz de satisfazer a procura.

Foi possível concluir que, dispersos um pouco por todo o território do Vale do Ave, alguns bairros de pequena dimensão foram criados pelas empresas assegurando o acesso a alojamento salubre com alugueres a preços acessíveis. Outra parte significativa da habitação foi construída por pequenos investidores que viam na procura deste tipo de alojamento uma oportunidade de rendimento seguro para os seus capitais. O pequeno rendimento imobiliário e as iniciativas paternalistas dominaram o mercado do arrendamento de casas cómodas e higiénicas.

Contudo, esta oferta não se traduzia necessariamente numa oportunidade viável para o operário, pois muitas vezes as rendas não eram adequadas aos parcos rendimentos auferidos pelo trabalhador, o que conduziu à existência de um mercado paralelo, formado por construções precárias localizadas no interior das parcelas ou utilizando casebres isolados.

3. Fábricas e casas. Principais assentamentos

A forte presença da indústria em toda a região do Vale do Ave é evidente quando, percorrendo quilómetros entre o verde da sua paisagem, ao longo do rio, se percebe a presença ritmada das chaminés e dos telhados de duas águas ou em *shed*. Nestes percursos entende-se o importante papel que a indústria desempenhou no desenvolvimento da região e no incremento da indústria a nível nacional. Atualmente, ao lado das chaminés, observa-se a presença constante de “carcaças” ou “esqueletos” de antigas unidades fabris sendo que, em alguns casos, restam bairros e antigos equipamentos de apoio social, surpreendentemente ativos, muitas vezes mantendo as suas funções originais. Estes factos constituem sinais muito relevantes para o entendimento das mudanças económico-sociais na região, pautadas pelas alterações dos ritmos produtivos associados aos diversos sectores produtivos da região.

Para o entendimento das relações espaciais e sociais existentes nestes pequenos assentamentos ancorados nas fábricas, é pertinente estudar as características que definem os vínculos urbanos entre as unidades de produção e a sua envolvente, em particular, o modo como a estrutura urbana integra ou deriva dos bairros operários e dos equipamentos de assistência social.

Uma característica evidente nos bairros operários promovidos por industriais da região é a proximidade que apresentam relativamente ao

estabelecimento fabril. Os seus promotores tentaram alojar junto da fábrica o maior número de operários atenuando o problema daqueles que “vivem em moradias ou parte de moradias, insalubres, acanhadas e não raras vezes bastante afastadas do local do trabalho, obrigando-os a penosas deslocações, especialmente nos dias invernosos ou de demasiado calor”⁵. A localização dos novos bairros tendeu a ficar dentro de um raio de influência inferior a um quilómetro, condição importante para economizar tempo e esforço físico a uma grande maioria de trabalhadores que diariamente se deslocavam a pé. Era, aliás, uma preocupação relatada inúmeras vezes, em memórias descritivas, licenciamentos de obras, na imprensa ou proferida por industriais da região:

Há nesse labor de todos os dias um aspecto que nos impressiona: as longas distâncias que muitos têm que calcorrear até nós, desde os lugarejos distantes onde moram. Aguardamos ansiosamente o dia em que os projectos elaborados para a construção de casas e bairros para operários se transformem em maravilhosa realidade. Nessa altura, essa gente poupará muitas das suas energias e ver-se-á liberta das suas mais aflitivas canseiras. (SEIXAS, SEABRA, 2002: 170)

Na análise de documentos da época, percebe-se frequentemente o discurso corporativista do Estado Novo, de promoção da boa relação entre operários e patrões:

*Entre os industriais e os operários, os comerciantes e os empregados, os proprietários rurais e os camponeses, deve haver uma ligação de interesses que torne indispensável e imprescindível o auxílio mútuo, que instigue o amor ao trabalho e apego à organização e estimule a vontade de produzir mais e aperfeiçoar sempre a produção*⁶.

Assim, pela assistência social e de alojamento, o patrão providenciava as condições necessárias para que operários e suas famílias pudessem alcançar a *felicidade*, estado que seria sempre proveitoso no que à sua produtividade dizia respeito e, portanto, de muito interesse para o empresário. Por exemplo, esta ideia estava clara num memorial de 1932 relativo à

⁵ Memória descritiva, licença de obra n.º 872/889-68, Bairro da Soalheira, Selho S. Jorge, Guimarães, 1968, promovido pela Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda.

⁶ *Revista Conservas*, Ano V, n.º 54, Junho de 1940, p.14.

Companhia Rio Ave, em Vila do Conde, que se apresenta como um dos exemplos das soluções de habitação implementadas:

Os terrenos a que se referem, o requerimento e planta juntos referem-se à construção de um Bairro e de uma Creche para os operários da Fábrica da Companhia Rio Ave, e de uma Escola para as crianças [crianças] que d'ela se quiserem utilizar. Trata-se de um melhoramento de largo alcance social, quer sob o aspecto de assistência á operária e á creança [criança], quer sob o aspecto de educação cívica, como exemplo de leal cooperação entre operários e patrões, a influência que exercerá no comércio e urbanização do local é também importante e para considerar⁷.

Em resposta ao requerimento efetuado pela Companhia Rio Ave, e depois de breves sugestões quanto a eixos de implantação relativamente à estrada já existente, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila do Conde, acrescenta: “Igualmente proponho isenção de taxa; atendendo que se trata de uma obra de grande alcance social”⁸.

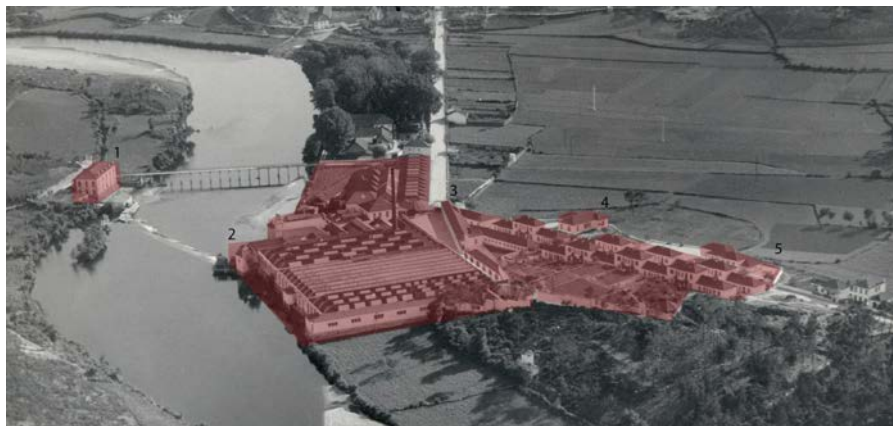


Fig. 2

Imagem aérea da Companhia Rio Ave (c.1960). 1 – Edifício da antiga moagem, adaptado a habitação para operários. 2 – Companhia Rio Ave. 3 – Bairro operário. 4 – Creche. 5 – Escola. [Arquivo Municipal de Vila do Conde].

⁷ Memorial, n.º Inv. 2676 e 2678, relativo ao bairro, creche e escola da Companhia Rio Ave, Vila do Conde, 1932, promovidos pela Companhia Rio Ave.

⁸ *Ibidem*.

Deste modo, e relativamente ao tema específico do apoio a mulheres operárias e seus filhos, há que tecer algumas considerações: deverá atentar-se na legislação de 1891, promovida pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que pretendia regular o trabalho de mulheres e crianças na indústria. No Decreto de 14.4.1891- Art.º n.º 21, era estipulado que, em cada fábrica onde trabalhassem mais de cinquenta mulheres, deveria existir a menos de trezentos metros uma creche que desse apoio a mães e crianças. Existia ainda a opção de vários estabelecimentos fabris partilharem a mesma creche, desde que esta não ultrapassasse de nenhuma fábrica mais do que os referidos trezentos metros. No entanto, esta legislação, durante o período da monarquia, bem como durante o período da república não era, muitas vezes, aplicada o que levou a que, em 1945, através da criação do *Fundo de Socorro Social*, o Estado definisse que passaria a obter receitas através de um imposto que, entre outros, era aplicado sobre industriais que não tivessem organizado assistência à maternidade e às crianças, de acordo com o decreto de 1891 (ALVES, 1999b, 24-25). Esta legislação revelou-se, assim, um forte motivo para que os industriais promovessem a construção destes equipamentos, em obras de *grande alcance social*, mas com claros interesses económicos e de controlo da mão de obra a eles associados.

No caso específico da Companhia Rio Ave, percebe-se a relação intrínseca entre o rio e a fábrica, a fábrica e o bairro, em que cada casa apresentava uma pequena horta/jardim, os tanques comunitários e, do outro lado do arruamento existente, a creche e a escola. Do outro lado do rio, logo ao lado da ponte, o edifício da antiga moagem, mais tarde adaptado a habitação de operários (ALVES, 2002: 121). Hoje, o traçado do bairro encontra-se profundamente alterado, praticamente irreconhecível, a creche e a escola foram demolidas e o edifício da antiga moagem encontra-se num profundo estado de degradação.

Numa escala diferente, é importante fazer referência a um outro exemplo cuja urbanização apresenta uma estreita relação com a indústria da região mas com características distintas das atrás referidas. A urbanização de Riba d'Ave, em Vila Nova de Famalicão, associa-se indiscutivelmente à ação de Narciso Ferreira e da sua família⁹. Foi reconhecido como um importante

⁹ Narciso Ferreira, para além de ser um dos maiores empresários do sector têxtil em Portugal, o seu contributo no incremento da indústria na região merece destaque, tendo iniciado ou feito parte de empresas como a Sampaio Ferreira e C.^a Lda., Empresa Têxtil Eléctrica, Lda. ou Oliveira, Ferreira & C.^a Lda.

industrial da região norte ligado, entre outras, à Fábrica Sampaio, Ferreira & C.^a Lda., que foi a primeira grande unidade industrial de Vila Nova de Famalicão. Este estabelecimento fabril estava dotado de fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos e iniciou o pólo industrial de Riba d'Ave (LEITÃO, SARAIVA, 2012: 10). Com a Oliveira, Ferreira & C.^a Lda., foi criada uma nova centralidade, junto ao rio, modificando a morfologia de Riba d'Ave, com alterações notáveis na malha urbana da vila. Associado ao fluxo diário de trabalhadores e ao crescimento demográfico, vários bairros foram promovidos, quer por interesse imobiliário quer por paternalismo industrial. Em Riba d'Ave e Oliveira São Mateus surgiram bairros operários ligados às duas principais fábricas, como o Bairro da Relva (6 fogos), datado aproximadamente de 1968, o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, também conhecido como Bairro do Quinteiro (176 fogos), de 1969 e o Bairro da Oliveira & Ferreira (5 fogos), também conhecido por “bairro das pastorinhas”, pela população local, o qual não foi possível datar, mas seguramente anterior aos outros referidos. O Bairro do Cardoso (11 fogos), da década de 1950, foi um dos bairros de rendimento imobiliário apurados na região.

A ação da família de Narciso Ferreira verificou-se, essencialmente, ao nível dos equipamentos de cariz social com que dotou a vila, quase todos localizados na avenida que tomou o nome do industrial, arruamento que estabelece a ligação entre as duas zonas da freguesia. O Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, construído entre 1962 e 1969, foi o maior bairro de promoção fabril estudado na região e também o mais bem equipado: possui uma igreja, reservatório de água, áreas verdes, parque infantil, espaço desportivo e espaços comerciais que se inserem nos volumes das habitações, em banda ou isoladas e com diferentes tipologias, sendo um bairro que tem um carácter autónomo do resto da localidade.

4. A Fábrica do Ferro

Nas margens do rio Ferro, afluente do rio Ave, foi fundada, em 1887, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe, tradicionalmente designada Fábrica do Ferro, que surgiu da adaptação de uma fábrica de moagem de 1843, conhecida por Companhia Industrial de Fafe. Joaquim Ferreira e Melo possuía uma queda de água na margem do rio Ferro e propôs-se a explorar também o ramo da fiação e tecidos, algo que nunca chegou a acontecer, por uma inesperada crise. José Ribeiro Vieira de Castro, juntamente com um grupo de sócios, sugeriu a remodelação dos objetivos industriais da empresa, com enfoque apenas no ramo têxtil, surgindo assim a Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe.



Fig. 3
Vista sobre a Fábrica de
Fiação e Tecidos de Fafe.
Bairro Manuel Cardoso
Martins no canto superior
direito (c. 1950). [Arquivo
privado – Fábrica de
Fiação e Tecidos de Fafe].



Fig. 4
Panorâmica do portão
e entrada da fábrica.
[Centro Português de
Fotografia, PT/CPF/
ALV/015059].



Fig. 5
Panorâmica dos
contínuos. [Centro
Português de Fotografia,
PT/CPF/ALV/015048].

A fábrica, ainda antes do virar do século, contava já com 405 operários e, a partir de 1900 entrou num período de franca prosperidade, renovando equipamentos e alargando as suas instalações (COIMBRA, 1997: 343). Depois de José Ribeiro e Manuel Lemos, Manuel Cardoso Martins, antes guarda-livros, tomou a direção da empresa, até 1952. Juntamente com Albano Vieira de Castro, sobrinho do fundador, com remodelações sucessivas e ampliações das instalações, conseguiram uma ampla difusão comercial da companhia durante a primeira metade do século XX.



Fig. 6

Descarregador e comporta junto da câmara de decantação. [Arquivo privado – Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe].

Pela própria toponímia dos arruamentos em torno da fábrica e nos bairros, que faz alusão a personagens importantes na companhia, se percebe o papel relevante da fábrica na vida operária, nomeadamente, pela criação de um conjunto de facilidades ligadas à assistência social que tiveram a sua expressão em edifícios institucionais de arquitetura eclética.

Por ação da empresa, em 1913, foi construído um palacete, rodeado de um jardim, que tinha como função servir de habitação aos corpos gerentes

ou administrativos, localizado na rua de José Cardoso Vieira de Castro. O seu desenho, bem como a construção, estiveram a cargo de um técnico alemão, Teodor Fischer, mestre-tecelão e antigo diretor técnico na fábrica. Logo, durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Manuel Cardoso Martins fundou uma cantina onde os operários podiam adquirir produtos de primeira necessidade, a preços mínimos e com facilidades no modo de pagamento, a crédito ou pagamentos suaves. A empresa providenciou “subsídios de reforma aos operários atingidos por doença, invalidez ou velhice” e a reforma ou pagamentos relacionados com despesas de saúde eram também pagos pela companhia (BASTOS, 1947: 99-100).

No *Almanaque Ilustrado de Fafe*, de 1930, há já a referência a “uma cantina, uma maternidade, assistência médica.” A escola Manuel Cardoso Martins, em Antime, foi inaugurada em 1932 e fechou em 1956, aquando da cedência das instalações por parte da fábrica para que a escola passasse a estar sobre a alçada do município. Em 1933 construiu-se um balneário na fábrica, com banheira e cabine para despiohamento, denominado “Albano Vieira de Castro” – obra do engenheiro Henrique Assunção. Em 1934 foi inaugurada a nova creche e no ano seguinte o edifício “Auxílio às Mães”, um local onde podiam ser deixados os filhos dos operários enquanto as mães trabalhavam, que incluía apoio na educação, alimentação e vestuário. Nos anos 40, eram cerca de 400 as crianças educadas nestes estabelecimentos por professoras inteiramente pagas pela companhia; em complemento, os alunos beneficiavam gratuitamente de uma sopa ao almoço e material escolar. Durante a 2ª Guerra Mundial foi promovida uma Cozinha Económica que servia aos trabalhadores, a preços reduzidos, refeições em amplos refeitórios inaugurados em 1943 (COIMBRA, 1997: 347).



Fig. 7
Cantina (à esquerda) (c. 1930) e um dos refeitórios (à direita). [Arquivo privado – Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe].



Fig. 8
Escola Manuel Cardoso Martins (c.1930) (à esquerda) e recreio dos alunos da mesma escola, com o Bairro de Antime ao fundo (c. 1930) (à direita). [Arquivo privado – Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe].



Fig. 9
Vista desde o pátio da fábrica, com o edifício do “Auxílio às Mães” ao fundo e os operários da fábrica (c. 1930). [Arquivo privado – Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe].



Fig. 10

Vista do edifício onde funcionaria uma creche (rés do chão), um lactário (primeiro piso) e um posto médico (no corpo à esquerda). No corpo à direita estaria o jardim de infância. [Centro Português de Fotografia, PT/CPF/ALV/015032].

No âmbito desta política de apoio social foram construídos dois bairros operários para “grande parte dos seus assalariados, dotados das melhores condições de habitabilidade para a época e a rendas insignificantes” (COIMBRA, 1997: 347), com acesso a energia elétrica produzida pela própria fábrica. Um deles é o Bairro da Cruz de Antime, construído nos anos 30, na margem sul do rio Ferro, com trinta e dois fogos. Sabe-se que o bairro de Antime é anterior a 1932, pois estava já construído aquando da inauguração da escola, existindo no *Almanaque Ilustrado de Fafe*, de 1930, a referência ao mesmo:

Possue [a fábrica] (...) um belo e arejado bairro operário na Cruz de Antime, que em breve ficará concluído com casas higiénicas estilo – antiga portuguesa”, acrescentando o jornal O Desforço que “num ponto elevado, arejado, higiénico, como é a Cruz de Antime. As construções são elegantes, asseadas, alegres. Nessas casas, o operário sente-se muito bem e vive economicamente, bendizendo quem lhe proporcionou abrigo satisfatório e agradável.

Nota-se que a adjetivação usada é em tudo alinhada com o discurso oficial do Estado e inclui claras referências ao modelo de casa preconizada pela ditadura, ainda que com traços de um primeiro modernismo centro europeu.

Este conjunto localiza-se a dez minutos a pé a noroeste do estabelecimento fabril, e o percurso casa-trabalho revela-se curto. Desde o bairro ao rio, através da Rua da Fábrica, existe uma pendente acentuada, e logo uma pequena ponte que permite a passagem para a margem onde está localizada a unidade fabril. Existe depois um percurso que acompanha o canal de água que alimenta as turbinas elétricas e conduz à entrada da fábrica.

Desde esse mesmo ponto, surge um outro arruamento, a Rua José Ribeiro Vieira de Castro, que conecta a fábrica ao centro de Fafe, e na qual está localizado um segundo bairro denominado Manuel Cardoso Martins¹⁰, a cinco minutos a pé. Para este bairro, inaugurado a 19 de Abril de 1944, estavam previstas 150 habitações, ocupando uma área de 24 000 metros quadrados, tendo numa primeira fase sido construídos 20 fogos (COIMBRA, 1997: 347). Segundo o jornal *O Desforço*, o bairro teria sido construído “sob a inspiração feliz do senhor João Mendes Ribeiro” e seriam utilizadas casas “independentes, cercadas por jardim e quintal próprios, e obedecendo a três tipos com 5 e 7 divisões, as graciosas casas têm água encanada, luz elétrica, quartos espaçosos, cozinha e quarto de banho.”

Depois da morte de Manuel Cardoso Martins, o engenheiro João Mendes Ribeiro permitirá a execução da capela de São João, junto ao bairro, em estilo neo-românico, em 1964.

A leitura de um levantamento efetuado em 1986 pela Câmara Municipal de Fafe permite concluir que foram construídas cinco tipologias e que terão sido construídos mais de 50 fogos. Se no primeiro bairro a arquitetura é tradicionalista, mas de linhas simples usando elementos chãos, neste bairro verifica-se um pleno uso de um léxico de formas inspirado nos elementos característicos de uma *arquitetura portuguesa* que o próprio regime instituiu, muito inspirado na produção teórica de Raul Lino.

É uma arquitetura que aclama, pelo uso do unifamiliar com horta, o individualismo do homem português – fórmula encontrada para rejeitar todas as formas de associativismo ligadas aos comportamentos desviantes e afirmar

¹⁰ O Bairro Manuel Cardoso Martins era antes denominado por Bairro S. Jorge, segundo o livro de COIMBRA, A. F. (1997) *Fafe: a terra e a memória*. Fafe, p.347, mas numa visita ao local moradores do bairro referiram como nome anterior Bairro de S. José.

a propriedade privada, base para a estabilidade dos valores da família, garante de um património estável.

Em ambos os bairros, as casas encontram-se bastante alteradas relativamente ao estado original, mas é possível encontrar alguns exemplares que se mantêm inalterados e que correspondem aos projetos originais consultados. Todas as tipologias cumprem os preceitos higienistas da época, com compartimentos arejados através de janelas e, de uma forma geral, seguem modelos utilizados noutros casos disseminados por toda a região, cumprindo as condições normativas da época ligadas à higiene, comodidade e economia.



Fig. 11
Fotografia que mostra a relação do Bairro de Antime (ao fundo) com o rio Ferro. [Arquivo privado – Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe].



Fig. 12
Bairro de Antime (c. 1930). [Arquivo privado – Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe].

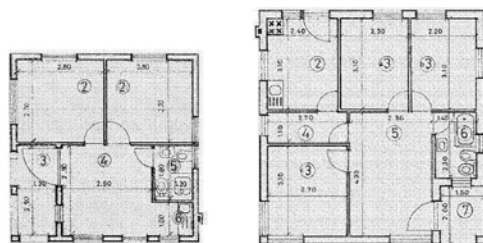


Fig. 13

Plantas dos fogos do Bairro Manuel Cardoso, década de 1940. Tipo 1, tipo 2, tipo 3 e tipo 5 (da esquerda para a direita e de cima para baixo). [Gabinete de Arquitetura e Urbanismo da Câmara Municipal de Fafe].

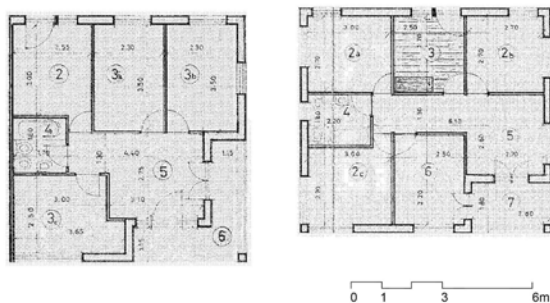


Fig. 14 ↓

Alçados das tipologias 1, 2, 3 e 5 do Bairro Manuel Cardoso Martins. [Gabinete de Arquitetura e Urbanismo da Câmara Municipal de Fafe].





Fig. 15

Bairro Manuel Cardoso Martins. [Centro Português de Fotografia, PT/CPF/ALV/015009, PT/CPF/ALV/015010, PT/CPF/ALV/015011, PT/CPF/ALV/015017, PT/CPF/ALV/015018, PT/CPF/ALV/015021].

No Bairro de Antime as casas são geminadas ou apresentam um modelo de casa *quadripartida*, num agrupamento cruciforme de quatro fogos independentes, sendo possível, deste modo, cada um dos fogos ter duas frentes. Ambas as soluções, e especialmente a última, conseguem uma redução de custos associados à construção, uma vez que partilham paredes de meação e cobertura.

No Bairro Manuel Cardoso Martins, existem casas geminadas e exemplos de casas isoladas. O uso sistemático das alvenarias de pedra rebocadas prendia-se com a tradição construtiva que continuava a ser barata pela utilização dos recursos locais. Em ambos os bairros os apontamentos ornamentais são muito pontuais, com um cunhal ou lambril que deixa a pedra à vista e alternância entre os dois acabamentos em diferentes planos, para introduzir algum ritmo de composição no conjunto. Três das quatro tipologias estudadas no Bairro Manuel Cardoso Martins apresentam duas entradas, sendo que a associada ao alpendre conduz à sala e a secundária dá acesso da cozinha ao espaço exterior (jardim/ horta). Em planta, todas as tipologias são tendencialmente quadradas, com alterações formais que se prendem com o posicionamento da casa de banho no fogo e com o número de quartos. A sala apresenta-se sempre como elemento distribuidor do espaço, pois só através dela se pode aceder aos outros compartimentos da casa. As soluções apresentam uma média de 45 metros quadrados e uma pequena área complementar de jardim/ horta/ pátio.

As implantações de ambos os bairros tinham um carácter isolado em relação à envolvente e gozavam de alguma autonomia, como atestavam a existência de arruamentos semiprivados. No bairro de Antime esse aspeto é ainda hoje evidente, estando implantado entre duas vias a partir das quais se pode aceder ao conjunto (EN207 e Rua da Fábrica) e apenas com o edifício da Junta de Freguesia e o atual jardim de infância no seu entorno. O acesso ao pequeno largo onde se localizam os equipamentos e o bairro apenas se verifica, portanto, pelos habitantes do bairro, pais e crianças no acesso à creche ou cidadãos que pretendam aceder aos serviços da Junta de Freguesia, usando o largo como parque de estacionamento. As pequenas ruas que se organizam ortogonalmente são usadas apenas como acesso às casas. No Bairro Manuel Cardoso Martins, a urbanização das últimas décadas integrou e dissimulou o bairro na nova malha urbana. Contudo, aquando da sua construção, apenas a rua José Ribeiro Vieira de Castro permitia o acesso ao mesmo, desde a fábrica.

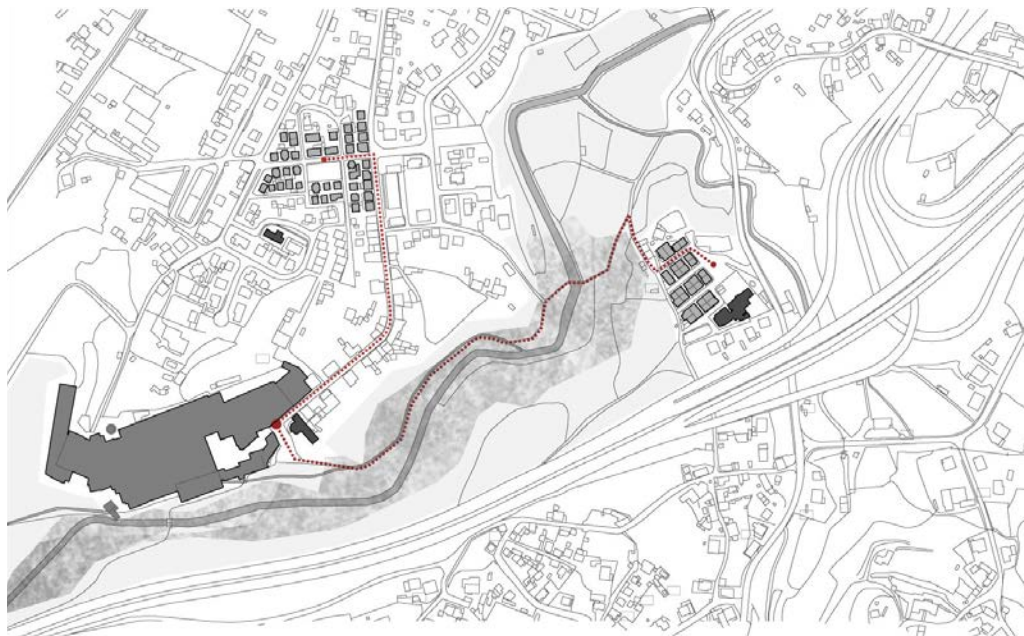


Fig. 16

Relação entre os bairros operários promovidos pela Fábrica de Ferro (Bairro Manuel Cardoso Martins em cima e Bairro de Antime à direita) e percurso de conexão entre a fábrica e ambos os bairros.



Fig. 17

Bairro Manuel Cardoso Martins. [Fotografias dos autores].



Fig. 18

Vistas da fábrica e equipamentos. [Fotografias dos autores].

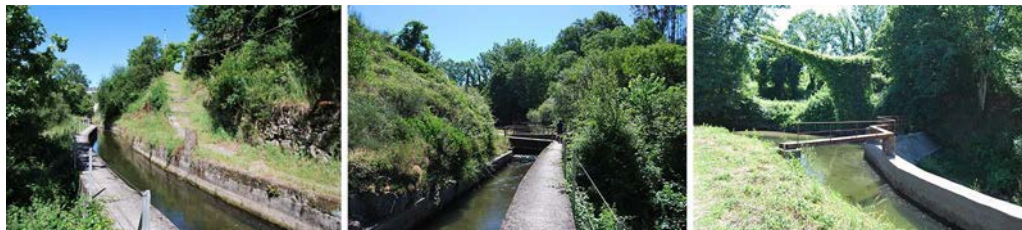


Fig. 19
Antiga ligação entre a fábrica e o Bairro de Antime. [Fotografias dos autores].



Fig. 20
Bairro de Antime e antiga Escola Manuel Cardoso Martins. (agora jardim de infância). [Fotografias dos autores].

5. Nota conclusiva

Atualmente, verifica-se um abandono importante do complexo industrial ainda que o seu património edificado se encontre em bom estado de conservação, particularmente a Central Elétrica, cujas turbinas dos anos 40 continuam em funcionamento. A atual administração parece muito sensível e consciente da importância do acervo histórico da companhia e, dentro das suas possibilidades e conhecimento tem garantido a guarda de peças importantes para a formação de um pequeno núcleo museológico. No entanto, a partir da investigação lança-se a hipótese de uma requalificação mais abrangente integrando a estrutura industrial, urbana e paisagística existente tendo por base a seleção de outros elementos patrimonialmente relevantes e capazes de potenciar a revitalização de antigos percursos, a regeneração das condições naturais, a complementaridade de usos.

No plano diretor municipal encontram-se protegidas, por integrarem a reserva agrícola e natural, as encostas e leito do rio Ferro e as plataformas agricultáveis. Trata-se de um sistema ecológico que nos parece único na região, fortemente vinculado à instalação da antiga fábrica, que merece ser

valorizado. O seu uso pela comunidade pode ser potenciado reabilitando os antigos caminhos de atravessamento, os açudes, as comportas e as pontes metálicas criando, porventura, possibilidades de usufruto das represas e da linha da água, particularmente, onde forma vale escavado e arborização autóctone. Nesta orgânica rede de espaços de circulação, estruturada a partir do canal existente, seria possível integrar a arquitetura da fábrica, enfatizando algum do seu edificado e a antiga cascata das turbinas, os dois bairros, os campos e as culturas abandonadas e, ainda, os edifícios mais emblemáticos que integraram a assistência social da fábrica.

Referências bibliográficas

- ALVES, J. F. (1999a), *Fiar e Tecer – uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- ALVES, J. F. (1999b), *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- ALVES, J. F. (2002), “Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave”, in J. M. A. Mendes, I. Fernandes (Coords.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.
- BASTOS, C. (1947), *O algodão no comércio e na indústria portuguesa*, Porto, Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama.
- BOLETIM, (1912), *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 66.
- COIMBRA, A. F. (1997), *Fafe: a terra e a memória*. Fafe: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, E. (2013), “As errâncias do Carré mulhousien. Novas práticas no desenho da casa operária no Porto”, in B. Monteiro, J. D. Pereira (Eds.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e Movimento Operário em Portugal*. Porto: Universidade Popular.
- INGERSON, A. (1981) “Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVII (67-68), pp. 863-884.
- INGERSON, A. (1982), “Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no Vale do Ave”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVIII (72-73-74), pp. 1465-1500.
- LEITÃO, M. de A., SARAIVA, V. M. (2012), *Riba d'Ave industrial, Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de Bolsas de Investigação na área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974.
- MONTEIRO, M. (2000), *Migrantes, emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe: M. Monteiro.
- PEREIRA, V. B. (2002), “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais”, in J. M. A. Mendes, I. Fernandes (Coords.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.
- RIBEIRO, L. (2017), *Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974)*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- RÉMY, J., VOYÉ, L. (1994), *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto: Afrontamento.
- SEIXAS, P. C., SEABRA, D. (2002), “Centro residencial Conde de Riba d'Ave: a produção simbólica de um espaço”, in J. M. A. Mendes, I. Fernandes (Coords.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer as valiosas contribuições do Dr. Adelino Loureiro e do Eng. Manuel Triguinho, pela transmissão de conhecimento sobre a história da Fábrica do Ferro, por facilitarem o acesso às instalações, bem como a possibilidade de consultar o arquivo disponível e posterior autorização do uso das imagens que consideramos pertinentes. Ao Dr. Artur Coimbra, pela cedência de imagens e informação periódica e arquivística muito relevante para a elaboração deste trabalho.

